



Rastros de uma dama do Império na República: a atuação de Adelaide de Castro Alves Guimarães no circuito intelectual e político brasileiro (1896-1937)

Telma Ferreira de Carvalho

Doutoranda¹

 <https://orcid.org/0009-0006-7648-6715>

RESUMO

Este trabalho pretende compartilhar alguns resultados do projeto de pesquisa de doutoramento em curso “Rastros de uma dama do Império na República: a atuação de Adelaide de Castro Alves Guimarães no circuito intelectual e político brasileiro (1896-937)”. A pesquisa busca compreender, entre outras questões, a articulação política e mobilização dos dispositivos de representação da memória de si e dos seus por Adelaide de Castro Alves Guimarães no circuito intelectual brasileiro da Primeira República. Além disso, propõe pensar a influência do papel de gênero nessas relações sociais e de como esse conceito nos ajuda a refletir sobre os limites encontrados pela poetisa para se projetar enquanto sujeito histórico.

PALAVRAS-CHAVE

Memória, Gênero, História

¹Doutoranda em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia/UFBA. Possui mestrado (2019), bacharelado e licenciatura em História (2016), pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA). Graduada em Museologia (bacharelado) com habilitação em Museu de Arte e Museu de História (2011), pela mesma instituição. E-mail: bvt.carvalho@gmail.com.



Introdução

Esta comunicação pretende compartilhar alguns caminhos enunciados no texto de apresentação do projeto de pesquisa de doutoramento em curso **“Rastros de uma dama do Império na República: a atuação de Adelaide de Castro Alves Guimarães no circuito intelectual e político brasileiro (1896-1937)”**². A pesquisa propõe uma análise da articulação política e mobilização dos dispositivos de representação da memória de si e dos seus por Adelaide de Castro Alves Guimarães no circuito intelectual e político brasileiro da Primeira República (1896-1937)³. Além disso, propõe pensar a influência do papel de gênero nessas relações sociais e de como esse conceito nos ajuda a refletir sobre os limites encontrados pela poetisa para se projetar enquanto sujeito histórico. A personagem em questão é pouco conhecida na historiografia, embora tenha sido uma importante abolicionista. Aparece, quase sempre, vinculada a biografia de seu irmão, o poeta Castro Alves. Adelaide se incumbiu de fornecer documentos e legitimidade para a construção da imortalidade do poeta, *postmortem*.

Em 12 de novembro de 1898, o *Jornal de Notícias* anuncia que recebeu de Alfredo Borges de Barros um caderno manuscrito do poeta Castro Alves para ser vendido para a “construção do monumento à memória do Poeta dos Escravos”⁴. Ao final do anúncio, a redação teve o cuidado de transcrever um parágrafo escrito por Adelaide onde a poetisa garante a autenticidade do manuscrito e marca, no tom do texto, a intimidade com o seu irmão “Cecéo”. Esse e outros documentos, que pertenceram ao poeta, cedidos por Adelaide, foram mobilizados por alguns notáveis intelectuais da República para construir a biografia de Castro Alves e assegurar a sua relevância na construção da memória

²Projeto aprovado na seleção do Programa de Pós-Graduação em História (UFBA) – Doutorado Acadêmico – com ingresso em 2023.1.

³Adelaide de Castro Alves Guimarães nasceu a 22 de março de 1854, em Salvador, Bahia. Era amante das artes, especialmente da música, do desenho e da poesia, tendo publicado um livro com seus poemas: *O Imortal*. Adelaide casou-se com o jornalista Augusto Álvares Guimarães, em 1873. Adelaide morreu em 21 de setembro de 1940, no Rio de Janeiro, aos 86 anos. Filha do médico Antônio José Alves e de Clélia Brasília da Silva Castro.

⁴Um manuscrito de Castro Alves. In. *Jornal de Notícias* (BA). Edição 05654(1). Salvador, Sábado, 12/11/1898. In. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 4 de jul. 2022.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

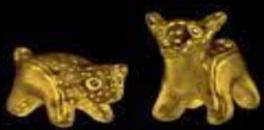
intelectual republicana. Nesses termos, uma das hipóteses do projeto é que o processo de gestão da memória de Castro Alves possibilitou a Adelaide estreitar laços com intelectuais da República e, com isso, deixou para trás pegadas a respeito de si.

Difícilmente os rastros deixados por Adelaide seriam percebidos se não se tratasse de uma mulher intelectualizada o que a possibilitou construir e sustentar fortes relações com as elites políticas⁵ e intelectuais que frequentavam a sua casa, no palacete da Soledade na Cidade do Salvador e, mais tarde, no Rio de Janeiro. A casa do casal Adelaide e Augusto Guimarães era conhecida como um dos salões notáveis da Bahia no Segundo Reinado, espaço de poder em que Adelaide se destacava, não só pelo domínio dos códigos culturais e de sociabilidade para o “bem viver”⁶, qualidades que faziam parte da educação feminina das elites no contexto, como também pela sua sensibilidade poética e intelectual entre homens de poder na articulação política no país. De acordo com Xavier Marques (1940), um dos frequentadores do círculo do Palacete da Soledade e também biógrafo de Castro Alves, no texto *A musa da Soledade: D. Adelaide de Castro Alves Guimarães*, escrito por ocasião da morte da poetisa em 1940, a severidade do político e jornalista baiano Augusto Guimarães “se abrandava ao contato da sensibilidade, do senso artístico e da poesia que eram prendas hereditárias da alma de sua esposa”.

Era a arte de D. Adelaide, o seu delicado sentimento estético, a beleza de que ela tinha o culto, e que perfumava o ambiente daquele interior esquisito. Fora do lar, na sociedade, ela lembrava, pela nobreza de espírito e a distinção das maneiras, uma daquelas grandes damas que honravam a cultura social das côrtes antigas. Das visitas que fiz à casa de pessoas tão amigas e saudosas, três nunca mais me esqueceram. Tornaram-se, a meu juízo, momentos culminantes, como expressões vivas da natureza e do espírito de uma mulher educada. O primeiro foi o banquete a Ruy Barbosa. Homenagem íntima, quanto podia ser a homenagem prestada a um homem público em cujos passos seguia, sempre desperto e pressuroso, o cortejo da admiração e da popularidade. [...] A todas as razões de o admirar, este motivo especial: Fôra ele o glorificador de Castro Alves na celebração do decanato (decenário da morte do poeta). [...] “Banquete sem discurso, em lugar das fulgurações da eloquência teve a graça natural, a vivacidade sem esforço e os ditos cintilantes de D. Adelaide. Foi ela quem mais

⁵O termo “elite” utilizado no projeto segue a leitura de José Murilo de Carvalho, em sua obra *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial* (2014), que alarga o termo para além dos grupos que ocupam posições formais no comando do Estado. Trata-se, portanto, de uma leitura que incorpora vários grupos que ocuparam posições de poder e saber em uma “ilha de letrados” (para utilizar mais uma formulação de José Murilo), no Brasil imperial e que se reinventaram na Primeira República.

⁶ROQUETTE, J. I. Código do Bom-Tom, ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX. SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997 — (Retratos do Brasil).



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

concorreu para manter-lhe o tom conveniente, frustrando com a discreta aprovação do homem de gênio qualquer ensaio de ênfase que viesse emprestar solenidade à festa familiar⁷.

Apesar do reconhecimento da capacidade intelectual e poética de Adelaide pelos homens notáveis que pertenciam ao círculo de amizade da família, estes tenderam a pesar as suas penas mais para os seus dotes advindos da educação feminina do que para a sua perspicaz habilidade em assuntos políticos e intelectuais. Colocando-a, neste momento, num lugar de sensibilidade atribuída ao feminino apartado daquele de “algumas inteligências das melhores da Bahia”, conforme enfatizou Xavier Marques no mesmo artigo. O que nos leva a refletir sobre o peso de seu gênero ou do modo de ser mulher no seu tempo para o reconhecimento ou o encolhimento da trajetória de Adelaide enquanto hábil gestora das memórias e tecedora de relevantes relações sociais entre a elite intelectual e política. Tais habilidades provam a acurácia da sua capacidade intelectual conseguindo manter-se transitando ativamente e influente nestes círculos dominados pelo poder masculino, fazendo-se notar, mesmo após a morte dos dois vultosos homens que a cercavam (seu marido e o seu irmão). Assim, compreender a influência do papel de gênero nessas relações sociais, tanto simbólica quanto materialmente, é útil a crítica da análise historiográfica, na medida em que permite analisar os limites encontrados por Adelaide para se projetar enquanto sujeito histórico. E o fato de a historiografia citá-la colocando-a à sombra dos homens de sua vida é um dos indicativos da necessidade de mobilizar gênero enquanto uma categoria analítica neste projeto⁸.

Ter em conta o papel político e mobilização do “poder simbólico” nas ações de uma “dama” ao dominar os “códigos de civilidade” nas recepções públicas da casa, é importante em se tratando de sociedades herdeiras de “*habitus*” de Antigo Regime. Trata-se, portanto, de batalhas simbólicas silenciosas nas relações sociais e de poder, ainda que existam elementos internalizados dos mecanismos de dominação, os sistemas simbólicos⁹. A performance — de gênero — de Adelaide nos banquetes que oferecia e

⁷MARQUES, Xavier. A musa da Soledade: D. Adelaide de Castro Alves Guimarães. In. Correio da Manhã (RJ). Ano 1940\Edição 14111(1). Sábado, 2 e domingo, 3 de nov. de 1940.

⁸SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. 1989. Tradução por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

⁹ Sobre o conceito de *habitus* mobilizado no texto, ver Pierre Bourdieu (1989, p. 60-61).



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

frequentava preenchia esses requisitos com maestria, que não se restringia apenas e simplesmente a dominação das atividades que cabiam a uma mulher das elites do século XIX.

O poder político dos banquetes e, portanto, dos espaços públicos das casas e das mesas das elites na representação da vida social, é reconhecido desde a Antiguidade. Tratam-se de rituais que possuem o papel de equilibrar negociações e conflitos sociais a favor de projetos que, em geral, extrapolam os limites de questões de foro privado. De modo que, sentar-se à mesa não é um gesto inofensivo, trata-se de um ato carregado de conotação social e política. De acordo com Albert¹⁰, a mesa do poder e o poder das mesas se reinventam em todos os regimes políticos. Assim, saber se apropriar dos códigos culturais e desempenhar os papéis de gênero esperado em cada contexto constitui estratégias políticas que as mulheres das elites se apropriaram para marcar seu lugar social¹¹. Tendo isso em conta, fica compreensível a posição que Adelaide ocupou no circuito sociocultural e político brasileiro e nos ajuda a pensar na sua maestria ao apropriar-se desses códigos ao longo da sua vida.

O tom de admiração externado por Xavier Marques (1940), em homenagem que fez a Adelaide, por ocasião da sua morte, é recorrente em outras fontes que mencionam a poetisa, embora poucos se tenham mostrado dispostos a explorar com maiores detalhes o seu papel no circuito político e intelectual brasileiro. Essa constatação não é difícil de notar, pois Adelaide Guimarães estava em contato com homens em evidência nas disputas de poder intelectual e político envolvidos no projeto liberal republicano e na campanha abolicionista. Entre os nomes de grande destaque estava o polêmico jornalista e político Augusto Álvares Guimarães, o cônjuge de Adelaide. Em 1880, Augusto Guimarães tornou-se proprietário único do jornal *Diário da Bahia*. Era na sede do *Diário da Bahia* que se reuniam os membros da comissão central do Partido Liberal, para debater questões políticas, firmar os rumos do partido e do jornal. O período de 1880 a 1896 corresponde a um dos mais ricos e movimentados do jornal. Neles tiveram lugar as grandes campanhas do Império: a reforma eleitoral pelo voto direto (1880), a reforma

¹⁰ALBERT, Jean-Marc. Às mesas do poder: dos banquetes gregos ao Eliseu. Trad. de Lea P. Zyllberlicht. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011, p.143-188.

¹¹Formulação de Michel de Certeau em *A Escrita da História* (1982).



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

educacional (de autoria de Rui Barbosa), a abolição da escravatura e a propaganda republicana¹².

As alforrias na Bahia eram realizadas através do fundo de emancipação ou pela vontade do proprietário. A Propaganda Abolicionista na Bahia a partir de 1880, período em que Augusto Guimarães adquire o *Diário da Bahia*, é intensificada, e ganha grandes proporções até o 13 de maio de 1888. É inegável a importância do papel do *Diário da Bahia* na campanha pelo fim do “elemento servil”, sobretudo através do posicionamento enfático dos seus editoriais, principalmente nas letras de Augusto Guimarães e Rui Barbosa¹³. O empenho de Augusto Guimarães e de Adelaide no que se refere ao problema da abolição do cativo, ao que tudo indica, não se restringe ao discurso político. De acordo com Wildberger¹⁴, Augusto “libertou todos os escravos que lhe couberam por morte do seu venerado pai¹⁵, falecido em Paris em 1875, e lhe despendeu considerável soma na alforria de muitos outros que a ele recorriam para obtenção de sua liberdade”. Portanto, na casa do casal não havia escravos, e era um ponto de apoio à causa da abolição.

Por ocasião do centenário de Adelaide, o *Correio da Manhã* (RJ), em 21 de março de 1954, faz uma homenagem à poetisa nos seguintes termos:

Nascida na cidade do Salvador, casou-se a 29 de novembro de 1873, com o dr. Augusto Álvares Guimarães, jornalista baiano, proprietário do “Diário da Bahia”, notável abolicionista e político[...]. Publicou um livro de versos “O Imortal” e deixou um caderno com poesias íntimas – “Arpejos em surdina”, editado agora em comemoração de seu centenário. Além de poetisa apreciável, era desenhista de mérito, cantora e pianista. Adelaide foi, também, abolicionista de ação. Com o produto de alguns dos seus desenhos, como “Deus nos fez irmãs” e “Magdala”, lutou contra a escravidão. Este último desenho, arrematado em leilão da Sociedade Libertadora “7 de Setembro” por Frederico Marinho e Augusto Guimarães, trouxe-lhe uma grande alegria. Pôde, com o dinheiro de uma venda, dar liberdade a uma escrava. O dia 22 de março,

¹²A propósito do papel do Diário da Bahia, ver o livro *O Diário da Bahia e o Século XIX* (1979) de Katia M. de C. Silva e o artigo *Diário da Bahia* de Consuelo Novais Sampaio, Disponível em <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-da-bahia>. Acesso em: 15 de set. 2022.

¹³SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Brasília: INL, 1979, p.110-111.

¹⁴WILDBERGER, Arnold. *Os Presidentes da Província da Bahia 1824-1889*. Salvador, Tipografia Beneditina LTDA, 1949, p.724.

¹⁵Gonçalo Alvares Guimarães, um negociante português da Praça da Bahia, ocupou a presidência da Associação Comercial e do Banco da Bahia.



data de seu aniversário, era infalivelmente assinalado com cartas de alforria, que ela com seu marido ofereciam aos escravos¹⁶.

É interessante pensar a partir do destaque da fonte acima, como, mesmo após a morte de Adelaide, a historiografia do século XX, ainda que reconhecendo a sua participação no que se refere aos grandes temas como a questão da abolição, segue dando ênfase a imagem de Adelaide a sombra do marido. Nesse sentido, há que se ter o cuidado para não naturalizar esses discursos de representação que posicionam mulheres no seio familiar para justificar a “dominação masculina”, dominação esta que, em geral, resultam de forças simbólicas que produzem e reproduzem desigualdades de gênero com efeitos que são gravados no mais íntimo dos corpos femininos e, muitas vezes, sob justificativa de que estes possuem predisposições e/ou inclinações a submissão¹⁷. Extrapolando a leitura de Bourdieu, é possível pensar que os efeitos de violências simbólicas resultam em exclusão ou minimização da participação de mulheres em debates públicos e processos históricos importantes e, portanto, nos ajuda a refletir acerca do lugar que Adelaide ocupa na historiografia brasileira.

As pegadas deixadas por Adelaide nos permitem especular em que medida o seu empenho na “arquitetura da memória”¹⁸ do irmão como “Poeta dos Escravos” não reflete a imagem de si enquanto abolicionista de ação, na medida em que há fontes que informam sua marca na campanha da abolição através de gestos como a doação de sua produção intelectual para a compra de alforria de escravizados (as), conforme destaque do *Correio da Manhã* (1954), e, também, a homenagem feita pela revista *Brasil Feminino*, a Adelaide “[...] a quem se deve muito pela redenção dos escravos e que tem sido o espírito animador do culto que o Brasil ainda rende a Castro Alves — o grande poeta”¹⁹.

Portanto, o projeto propõe investigar o protagonismo de Adelaide no processo de fabricação da imortalidade²⁰ de Castro Alves e, além disso, averiguar como ela interagiu ao lado de figuras masculinas importantes no cenário nacional, como Xavier Marques,

¹⁶CORREIO DA MANHÃ (RJ), Ano 1954/Edição 18707. Domingo, 21 de março de 1954.

¹⁷BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012, p.50-55.

¹⁸Conceito apropriado da produção de Marcia R. R. Chuva, na obra *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930 – 1940)* (2009).

¹⁹BRASIL FEMININO, 1932, Ed. 1, p.7

²⁰O termo “fabricação da imortalidade” é apropriado da obra de Regina Abreu *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil* (1996).



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

Afrânio Peixoto e Rui Barbosa, no processo de associação da imagem do “Poeta dos Escravos” à imagem da República brasileira e, da relevância dessa imagem no processo de legitimação do projeto republicano em um contexto de disputas políticas e conflitos sociais resultantes dos ecos das mazelas sociais do império.

É válido ter em conta que esses intelectuais pertencentes ou próximos à chamada “geração ilustrada e combativa de 1870”²¹, contemporâneos de Adelaide, se projetaram como vanguardistas da “ideia” de República e, portanto, se posicionaram como construtores da memória intelectual do Brasil republicano que buscava erguer as suas muralhas afastando-se dos signos do atraso do império em um contexto de profundas contradições sociais e políticas.

Euclides da Cunha contribuiu para expor as chagas da República do seu tempo e projetou para o futuro, ideias que serviram para iluminar os debates dominantes no cenário político e cultural dos anos 1920 e 1930. Ao narrar a tragédia de Canudos em *Os Sertões* (1902), um dos eventos traumáticos que marcaram o imediato Primeira República, Euclides da Cunha externou as contradições sociais do Império sustentadas pela jovem República e, assim, legou a historiografia brasileira fragmentos importantes da realidade social para compreender as estratégias das elites oligárquicas locais em aglutinar poderes visando, por um lado, eliminar ameaças às suas propriedades privadas, e por outro, manterem-se ativas no jogo político e, dessa forma, sustentar o *status quo* social no Brasil.

A propósito das articulações políticas das elites oligárquicas na Primeira República, a obra *Canudos: cartas para o Barão*, de autoria da historiadora Consuelo N. Sampaio (1999) apresenta uma contribuição notável. A autora, analisando as correspondências trocadas entre Cícero Dantas Martins, o barão de Jeremoabo, e as elites políticas e proprietários locais atuantes na Bahia envolvidos nos conflitos do caso Canudos, lembra, como as elites políticas foram às últimas consequências para sustentar os seus privilégios. Essas fontes mostram como “as disputas no seio da elite política

²¹GOMES, A. C.; FERREIRA, M.M. Primeira República: um balanço historiográfico. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2. n.º.4, 1989.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

baiana refletem transformações no plano nacional e tem reflexo imediato na organização e nas ações no plano local”²².

Entender esse entrelaçamento do jogo político oligárquico a partir do exemplo de Canudos, permite, além disso, ler melhor os conflitos intra-oligárquicos que foram sendo engrossados por setores militares na conjuntura do imediato Primeira República e que se desdobraram nos embates da chamada Revolução de 1930²³. Esse evento político, que levou Getúlio Vargas ao poder, foi possibilitado por demandas sociais que levaram outros sujeitos à cena pública a gritarem por participação em uma República que ainda se sustentava por velhos arranjos e vícios do século XIX. Muitas aspirações e demandas sociais pululam nesse novo contexto: o voto feminino, o voto secreto, reivindicações por direitos da classe trabalhadora precarizada, anticomunismo. Esses sujeitos se apegaram a essa fenda de caminho para a cidadania aberta pela cisão da “política do café com leite” e engrossaram as fileiras que contribuíram para a legitimidade do Governo Vargas.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2016), a década de 1930 e, portanto, o período revolucionário, foi um divisor de águas na história republicana do Brasil. Houve avanços sociais notáveis até 1934, o governo foi revolucionário em suas agendas. Entretanto, a conjuntura política e econômica complexa, após a Constituinte que elegeu Vargas a presidente, contribuiu para instabilidade política que culminou na nova tomada de poder militar por Vargas em 1937, que durou até 1945, quando outra intervenção militar derrubou Vargas e deu início a primeira experiência democrática na história do país²⁴.

É nesse contexto de disputas políticas que Adelaide está inserida e atuante. Adelaide, uma dama do Império, não se furtou aos debates na aurora republicana. Um dos temas específicos que pretendemos investigar mais a fundo é seu posicionamento na

²²SAMPAIO, Consuelo Novais. Canudos: cartas para o Barão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p.34.

²³Para a compreensão da política do “café com leite” e, portanto, da participação ampla de atores políticos de estados não cafeeiros, mas com influência política importante que participavam das alternâncias de poder político em São Paulo e Minas Gerais, ver *O Teatro das Oligarquias: uma Revisão da Política do Café com Leite* (2012) de Cláudia M. Viscardi.

²⁴CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.91.



política nacional no contexto das disputas da Revolução de 1930. Adelaide aparece como um importante nome vinculado à revista *Brasil Feminino*, em circulação no Brasil e no exterior de 1932 a 1937. A poetisa publica mensalmente no referido periódico, em um contexto de intensas lutas das mulheres por direitos civis. Essa revista conservadora, que se posicionava por um “feminismo racional”²⁵, passou a ser, a partir de 1937, veículo de propaganda ideológica da Ação Integralista Brasileira (AIB), um movimento autoritário, ultraconservador e de intenso nacionalismo, criado em 1932²⁶.

A revista *Brasil Feminino*, uma produção de acordo os editoriais da revista: “da mulher, pela mulher, para a mulher”, deve ser analisada tendo em conta essas duas fases do periódico. A primeira fase é marcada por posicionamentos em prol dos direitos civis e políticos das mulheres, e a segunda fase por campanhas em benefício da agenda integralista. Ao discorrer sobre o programa de ação da revista, Linaia de Vargas Palacio (2020), destaca cinco pontos que reuniam os objetivos da revista. A saber: congregar os valores intelectuais femininos, trabalhar pelo intercâmbio mental das mulheres, auxiliar as iniciativas feministas, cooperar para o desenvolvimento do feminismo racional, e propugnar pela educação moral e intelectual da mulher. Trata-se, portanto, de um veículo que: “prioriza uma marcação importante de gênero”, conforme afirma Palacio²⁷, na medida em que divulga trabalhos exclusivamente de mulheres em um contexto onde o comum era as revistas divulgarem produções de homens.

Assim, o recorte temporal proposto para este projeto de doutoramento se inicia em 1896, data do falecimento de Augusto Guimarães, até 1937, último ano de circulação da revista *Brasil Feminino*, em virtude do golpe do Estado Novo que findou a AIB, liderado por Plínio Salgado, expulso do país após o Decreto-Lei Nº37, de 2 de dezembro

²⁵Trata-se de um feminismo de discurso ponderado, proposto por mulheres conservadoras que não questionam, abertamente, estruturas que mantêm seus papéis de gênero.

²⁶O documento que funda a Ação Integralista Brasileira (AIB) é O *Manifesto* de 7 de outubro do mesmo ano. A AIB ambicionava, entre outras questões, indicar o seu líder, Plínio Salgado, às eleições constitucionais diretas com previsão para o ano de 1938.

²⁷PALACIO, Linaia de Vargas. *Brasil Feminino: disputas discursivas, alianças políticas e escritas de mulheres na imprensa entre 1932 e 1937*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020, p.40.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

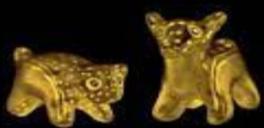
de 1937, que dissolve todos os partidos políticos²⁸. É pertinente frisar que esse marco final também coincide com o ano do juramento feito por Adelaide à agenda integralista. A revista *O Malho*, de 1 de Abril de 1937, destaca a fotografia da poetisa, fazendo “juramento como filiada à Ação Integralista Brasileira” em cerimônia presidida pelo “Dr. Raymundo Barbosa Lima, que lhe conferiu as insígnias do sigma”²⁹. Essa matéria foi a única fonte encontrada, até o momento, onde Adelaide aparece se posicionando claramente na política partidária nacional da década de 1930. Não há indícios, ou ainda não os identificamos, de que Adelaide tenha posto a sua pena a serviço da campanha integralista, lembrando que o partido foi extinto poucos meses depois. Contudo, vale destacar que Adelaide fazia parte do corpo editorial da *Brasil Feminino*, o que nos permite pensar que o discurso político da revista, em alguma medida, explicita o seu posicionamento político. Portanto, essa proposta de pesquisa pretende investigar até que ponto essa aproximação pode ser feita, uma vez que a escolha do que era publicado na revista passava pelo julgamento do corpo editorial o qual Adelaide fazia parte desde o início da circulação da revista. Assim, entendendo o político como prática social, conforme a elaboração de René Rémond³⁰, a proposta deste projeto busca, entre outras questões, analisar como Adelaide Guimarães se articulou politicamente e mobilizou os dispositivos de representação da memória de si e dos seus no circuito intelectual e político brasileiro (1896-1937).

A questão que norteia essa proposta de pesquisa de doutoramento é discutir como o estudo da trajetória de Adelaide de Castro Alves Guimarães contribui para compreender os usos dos dispositivos de representação da memória de Castro Alves na composição da memória intelectual da Primeira República e, além disso, evidenciar em que medida o peso de seu gênero colaborou para esmaecer a contribuição de Adelaide nesse projeto liderado por homens, mesmo com a sua intermediação e/ou validação. Buscamos também verificar as possíveis razões do esquecimento de Adelaide pela historiografia

²⁸Decreto disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 de set. 2022.

²⁹Revista “O Malho” (RJ). Ano 1937\Nº 200, I - IV- 1937, p. 31.

³⁰RÉMOND, René. “Do político”. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450, p.35.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

contemporânea, uma vez que essa poetisa além de contribuir para o projeto de glorificação da memória do “Poeta dos Escravos” junto aos intelectuais da Primeira República, teve uma atuação pública importante no circuito intelectual e político brasileiro da década de 1930.

Postas essas questões, sinalizamos, de saída, os caminhos teóricos que iremos percorrer para darmos conta do objeto da pesquisa. Esta proposta, portanto, se insere no programa historiográfico conhecido como Nova História Cultural. Um projeto de renovação teórica de “nova história” que busca compreender as especificidades, propõe uma história pós-estruturalista, na medida em que toma por objetos os indivíduos em suas singularidades. O objetivo é entender como os indivíduos, em suas especificidades, atribuem sentido às suas práticas e produzem representações. Isso justifica a afirmação de Chartier (2006) de que essa história se faz menos de abstrações e mais da observação da realidade prática da vida dos sujeitos em sua ação cotidiana. Ainda a respeito desta proposta teórica, Chartier afirma que,

o objeto fundamental de uma história que visa reconhecer a maneira pela qual os atores sociais dão sentido às suas práticas e aos seus enunciados situam-se, portanto, na atenção entre, de um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos, e de outro, as restrições e as convenções que limitam com maior ou menor força, segundo as posições que ocupam nas relações de dominação. O que lhe é possível pensar, dizer e fazer³¹.

Significa dizer, que este programa teórico extrapola as barreiras das estruturas sociais que limitavam as ações dos sujeitos, e toma por objeto as ações dos indivíduos nas práticas cotidianas, onde eles, em meio às suas subjetividades, articulam ações e acionam seus discursos³². Essas noções já haviam sido desenvolvidas por Chartier em sua obra “A História Cultural: entre práticas e representações” (1990), onde ele define formas de interpretação desses conceitos e situa o objeto da nova história cultural que é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade

³¹CHARTIER, Roger. A “nova “ história cultural existe? In: LOPES, Antônio Herculano, VELOSO, Mônica Pimenta, PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). In: História e Linguagens: texto, imagens, oralidade e representação. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p .29 - 43

³²Essa elaboração de Chartier sobre a aplicabilidade do conceito representação explícita os ecos da influência de Michel Foucault, sobretudo no que se refere à mobilização dos conceitos de dispositivo e discurso bem delineado em *A Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

social é construída, pensada, dada a ler”³³. Nesses termos, o conceito polissêmico representação, mobilizado nesta proposta de pesquisa, segue a elaboração de Roger Chartier, no sentido de que toda representação do mundo social é construída e obedece a interesses de grupos que as forjam.

É pertinente situar esse debate teórico pós-estruturalista, proposto pela “nova história cultural”, no contexto dos anos de 1970 e 1980, que possui nos questionamentos políticos dos eventos de maio de 68, o seu marco. É nesse contexto que as novas abordagens sobre os papéis de gênero e as batalhas das mulheres feministas pela desconstrução desses papéis ganham novo fôlego e face. O que inicialmente trava-se de uma história das mulheres, enfatizando a importância de se trazer as mulheres na história, abre caminhos também para os estudos de gênero, que após esse contexto, avançaram nas suas análises ao identificar os meandros das diferenças sociais entre homens e mulheres e como o *habitus*, ou discursos de representação, para utilizar a formulação de Chartier (1990), ao longo do processo histórico contribuíram para a naturalização das desigualdades. Um marco importante para compreender esse processo teórico foi o balanço historiográfico feito por Joan Scott no final dos anos 1980, com muita relevância até os dias de hoje, que explicita as possibilidades de leituras relacionais que a categoria gênero apresenta. De acordo com Scott (1989), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”³⁴. Com esse balanço, definição e problematização, Scott abre caminhos para uma série de novas leituras e desdobramentos específicos sobre gênero e sua aplicabilidade para pensar questões da história social.

Essas leituras teóricas nos ajudam a pensar sobre as implicações do gênero no processo de invisibilização da trajetória da poetisa Adelaide Guimarães. Adelaide, apesar de sua reconhecida contribuição no projeto de glorificação do “Poeta dos Escravos” e de ter se mostrado intelectualmente ao público, sobretudo na década de 1930, ao publicar seus poemas em revistas e na obra de sua autoria, “O Imortal”, teve sua produção intelectual perdida na poeira dos arquivos ou foi coberta pela neblina da “Glória de Castro

³³ CHARTIER, 2006, p.16-17.

³⁴ SCOTT, 1989, p.21



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

Alves” em curadorias de centros de memória importantes do país. Adelaide, mesmo com toda a discrição herdeira de uma educação feminina do século XIX, ousou ultrapassar os limites, ainda que simbólicos, do lugar esperado de uma dama e, ao fazê-lo, deixou muitos indícios e rastros.

Os silêncios, muitos, sobre a trajetória de Adelaide também servem como objeto de pesquisa histórica. A reflexão de Michael Pollak³⁵, acerca do “não-dito” nos ajuda a pensar possibilidades de explorar esses silêncios na compreensão da trajetória de Adelaide.

Tendo essa possibilidade metodológica em vista, e pensando no potencial que o método indiciário, proposto por Carlo Ginzburg³⁶, fornece à pesquisa histórica, definimos que seguiríamos os rastros de Adelaide guiados pelos fios fornecidos, principalmente, pelos arquivos da Cidade do Salvador e do Estado da Bahia.

O desafio e mérito dessa proposta de pesquisa, portanto, é distanciar a imagem de Adelaide dos homens de sua vida, que tinham projeção nacional, e apresentar, a partir dos seus rastros, a sua ação no circuito intelectual e político brasileiro, bem como a sua contribuição no processo abolicionista e no processo de arquitetura e usos da memória de Castro Alves na construção da memória intelectual do Brasil republicano, tarefa esta que continuou até a sua morte em 1940.

³⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 02, n. 03, p.8.

³⁶ GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.143-179.



Referências bibliográficas:

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALBERT, Jean-Marc. **Às mesas do poder**: dos banquetes gregos ao Eliseu. Trad. de Lea P. Zyllberlicht. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

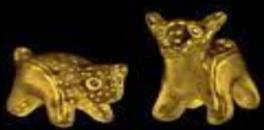
CHARTIER, Roger. A “nova “ história cultural existe? In: LOPES, Antônio Herculano, VELOSO, Mônica Pimenta, PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). In: **História e Linguagens: texto, imagens, oralidade e representação**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p .29 - 43.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930 – 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Ed. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

GOMES, A. C.; FERREIRA, M.M. **Primeira República**: um balanço historiográfico. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2. n°.4, 1989, p.244-28.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

MARQUES, Xavier. **Vida de Castro Alves**. Rio de Janeiro. RJ: Anuário do Brasil, 1924.

PALACIO, Linaia de Vargas. **Brasil Feminino**: disputas discursivas, alianças políticas e escritas de mulheres na imprensa entre 1932 e 1937. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 02, n. 03. Disponível em http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 10 de mai. 2022.

RÉMOND, René. "Do político". In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450.

ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-Tom, ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX**. SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997 — (Retratos do Brasil).

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Canudos**: cartas para o Barão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. 1989. Tradução por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. **O diário da Bahia e o século XIX**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ Brasília: INL, 1979.

VISCARDI, Cláudia M. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do café com leite, 2012.

WILDBERGER, Arnold. **Os Presidentes da Província da Bahia 1824-1889**. Salvador, Tipografia Beneditina LTDA, 1949.